

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.858 - SP (2019/0139720-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : EDNA MARIA FARAH HERVEY COSTA - SP136611
AGRAVADO : JULIANO QUIRINO GONCALEZ
AGRAVADO : LICINIA CHAVES QUIRINO
ADVOGADO : FREDERICO JOSE AYRES DE CAMARGO - SP140231

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Tutela provisória concedida, determinando a cessação dos valores recebidos em razão da boa-fé decorrente da decisão que afastou a incidência do Redutor Salarial - EC nº 41/2003. Boa-fé caracterizada. Não violação do art. 1º, §3º da Lei nº 8.437/92 e do art. 2º-B da Lei 9.494/1997. Hipótese que não implica liberação de recursos, tampouco esgota a matéria. Decisão reformada. Entendimento jurisprudencial. RECURSO PROVIDO.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS,

relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

